

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Nome do examinando:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Área:

Assinatura do examinando:

Exame de Ordem 2006.3



CADERNO DE PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL E DE TEXTOS DEFINITIVOS

Aplicação: 14/1/2007

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém uma proposta para redação de peça profissional e cinco questões práticas, acompanhadas de páginas para os respectivos textos definitivos.
- 2 Assine apenas no local apropriado, no cabeçalho desta página.
- 3 **Atenção! As páginas de textos definitivos deste caderno são os únicos documentos que servirão de base para a avaliação da sua prova prático-profissional.**
- 4 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 5 Será permitida a consulta apenas à legislação, a livros de doutrina e a repertórios jurisprudenciais.
- 6 Não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Tanto na peça profissional quanto nas cinco questões, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecida será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) folha(s) de texto definitivo correspondente(s).
- 8 Caso a peça profissional e(ou) as respostas dadas às questões exijam identificação, utilize apenas a palavra ADVOGADO. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do examinando em local indevido.
- 9 É obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta preta**. **Texto definitivo escrito a lápis será anulado.** Será também anulado texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Não amasse, não rubrique, não escreva seu nome nem faça marca ou sinal identificador nos espaços destinados à transcrição dos **textos definitivos**, sob pena de ter sua prova anulada.
- 11 Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substitutivo. **Lembre-se:** parênteses não podem ser utilizados para tal finalidade.
- 12 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

PEÇA PROFISSIONAL

João Lima ingressou com ação contra a Caixa Econômica Federal no juizado especial federal, pleiteando a correção dos depósitos do seu fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), em decorrência dos expurgos inflacionários dos planos Collor e Verão 1.

Julgada improcedente a ação, João recorreu à Turma Recursal, sustentando, entre outras razões, precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo esse direito. No entanto, o recurso foi desprovido, contrariando decisões do STF, apesar de ter sido prequestionada a matéria constitucional invocada. Dessa forma, João interpôs recurso extraordinário, fundado na violação a dispositivo da Constituição, que, contudo, não foi admitido. Interposto agravo de instrumento, o presidente da Turma Recursal negou-lhe seguimento, tendo como fundamento o descabimento do recurso extraordinário nos juizados especiais.

Diante dessa situação hipotética, como advogado de João Lima, proponha a medida judicial que entender cabível, para se preservar a competência do STF e se viabilizar o trânsito do agravo dirigido a esse tribunal contra a inadmissão do recurso extraordinário.

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 1/4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 2/4

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 3/4

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 4/4

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

QUESTÃO 1

Com o propósito de melhor adequar o questionamento de uma lei considerada inconstitucional, em vista dos mecanismos disponíveis para tal fim, disserte, de forma objetiva, sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, abordando, de forma sintética e fundamentada, os seguintes aspectos:

- ▶ características do sistema adotado no Brasil;
- ▶ os órgãos que realizam controle de constitucionalidade;
- ▶ forma ou modo de controle e seus respectivos efeitos.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Deparando-se com decisões no Supremo Tribunal Federal que não admitiam ações diretas de inconstitucionalidade por falta de “pertinência temática”, determinada associação de âmbito nacional solicitou parecer sucinto sobre o tema para melhor orientar a compreensão dos diretores a esse respeito.

Como advogado responsável pela referida orientação, explique, de forma objetiva e fundamentada, o que vem a ser “pertinência temática” em tais ações.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Suponha que você seja procurado por um cliente em dúvida sobre a melhor medida a ser tomada para solucionar determinada questão, e que ele lhe encaminhe pedido de esclarecimentos técnicos sobre as principais diferenças entre a ação direta de inconstitucionalidade e o mandado de injunção. Acerca desse tema, redija um texto dissertativo, abordando, de forma objetiva e fundamentada, os seguintes aspectos:

- ▶ natureza e finalidade de cada um desses instrumentos jurídicos;
- ▶ legitimidade ativa e passiva *ad causam*;
- ▶ competência;
- ▶ eficácia da decisão relativamente aos sujeitos por ela atingidos.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

O que é violação indireta ou reflexa à Constituição Federal?

É cabível recurso extraordinário em tal hipótese? Justifique sua resposta.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 5

Redija um texto, de forma fundamentada, acerca da possibilidade de os estados e o Distrito Federal legislarem sobre aspectos da competência legislativa privativa da União.

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	